

Ano XXV nº 6515 – 03 de fevereiro de 2022

Contraf-CUT recorre e defende convocação dos concursados de 2014

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae) vão entrar com recurso na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 para que a Justiça mantenha a validade do concurso realizado pela Caixa Econômica Federal em 2014 e a Caixa convoque os aprovados. Por meio de suas redes sociais, segundo matéria publicada na Folha Dirigida, a Caixa tem dito que poderá realizar um novo concurso público de ampla concorrência.



Para a Presidente da Contraf-CUT, Juvandira Moreira, é um absurdo a Caixa não convocar os aprovados de 2014, faltando tantos empregados nas agências. “Esse governo não tem compromisso com a população. Quer abrir concurso sem necessidade, mesmo sabendo que é ano eleitoral e não poderá convocar”, avaliou. Segundo o calendário eleitoral divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral, a partir de 2 de julho não será mais possível nomear funcionários públicos.

Um levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com base nos relatórios de balanço dos bancos, aponta que, ao final de dezembro de 2015, o quadro de trabalho da Caixa era composto por 97.458 empregados. No balanço do terceiro trimestre de 2021 o banco informa que possuía 84.751 empregados.

Abono salarial PIS/Pasep podem ser sacados a partir desse mês

Mais de 320 mil trabalhadores deixaram de sacar o abono salarial PIS/Pasep referente a 2019. São R\$208 milhões que foram liberados entre julho de 2020 e junho de 2021, mas que ficaram esquecidos pelos beneficiários.

A partir desse mês, os beneficiários terão mais uma oportunidade de sacar esse dinheiro: os recursos poderão ser retirados junto com o benefício referente ao ano-base 2020, que começa a ser pago em 08 de fevereiro. O calendário leva em conta o mês de nascimento, para trabalhadores da iniciativa privada, e o número final da inscrição, para servidores públicos.

Preços dos combustíveis e Reforma Tributária estão na pauta do Congresso Nacional

Além das eleições, 2022 promete ser quente para a política nacional. O ano legislativo iniciado ontem, dia 02/02, colocará em debate Projetos de Lei (PLs) de grande interesse para o povo brasileiro e a economia nacional. Entre eles, o que trata dos preços dos combustíveis. A pauta do Senado prevê a votação de projeto que visa conter a alta e a falta de previsibilidade nesses preços. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já manifestou interesse em pautar o que foi apresentado pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE).

O projeto prevê a formação dos preços dos combustíveis derivados do petróleo tendo como referência as cotações médias do mercado internacional, os custos internos de produção e os custos de importação. Atualmente, a política de preços da Petrobras vincula a cotação do dólar ao preço do combustível pago pelo consumidor. Essa política foi adotada em 2016, assim que Michel Temer chegou à Presidência da República.

O economista, Cloviomar Cararine, que atua na subseção do Dieese na Federação Única dos Petroleiros (FUP), alerta que para os trabalhadores interessa muito uma medida ou um projeto de lei que faça uma mudança e os proteja em relação ao poder de compra. Em um ano, desde janeiro de 2021, gasolina e diesel acumulam altas de 77,04% e 78,71%, respectivamente.

Outro tema que deve ser levado a plenário é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110/2019, que trata da reforma tributária. Na agenda da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, essa reforma é considerada prioridade pelo presidente da comissão, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Além dos projetos de lei que tratam do preço dos combustíveis e da Reforma Tributária, também estão em pauta no ano legislativo a legalização dos jogos no Brasil, inclusive cassinos e o do bicho, a privatização dos Correios, além de mudanças que podem desconstruir o Proni.